

# Caminhos e Descaminhos

da Administração Pública no Brasil - Vol. 1

Rudy de Barros Ahrens  
(Organizador)



Rudy de Barros Ahrens  
(Organizador)

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA NO BRASIL**

---

Atena Editora  
2017

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Edição de Arte e Capa:** Geraldo Alves

**Revisão:** Os autores

**Conselho Editorial**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Adriana Regina Redivo (UNEMAT)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Profª Drª Vanessa Bordin Viera (IFAP)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C183

Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil /  
Organizador Rudy Ahrens. – Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.  
420 p. : 2.042 k bytes – (Administração Pública; v. 1)

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-40-0

DOI 10.22533/at.ed.4001209

Inclui bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. I. Ahrens, Rudy. II. Série.

CDD-351.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## Apresentação

A Administração Pública no Brasil caracteriza-se pelas circunstâncias de sua atuação, em um contexto mediado pelo poder e pela ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

Esta mediação vem estimulando, nos últimos anos, os pesquisadores com o intuito da busca por melhorias ao estado, baseando-se na ideologia e crença de que é possível fazer a Gestão Pública acontecer.

O mencionado *ebook* reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração com ênfase na Gestão Pública. Contando com 50 artigos, este foi dividido em 2 volumes, sendo no Volume 1 as subáreas de a) Finanças, Controladoria e Auditoria Pública; b) Educação Pública; c) Inovação Pública; d) Sustentabilidade Pública e e) Gestão de Pessoas e no Volume 2 com as subáreas de a) Planejamento e Gestão Pública; b) Políticas Públicas; e c) Compras e Licitações Públicas.

Os artigos a seguir foram desenvolvidos com o intuito de apresentar ao leitor experiências, conhecimento e informação, desejo assim uma boa leitura.

*Rudy de Barros Ahrens*

## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>03</b>
--------------------------	-----------

### **Eixo 1 Finanças, Controladoria e Auditoria Pública**

#### Capítulo I

A PERSPECTIVA DOS CONTADORES ANTE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2015: UM ESTUDO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL

*Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....*

08

#### Capítulo II

AUDITORIA INDEPENDENTE: UMA OBSERVAÇÃO DE SUA IMPORTÂNCIA

*Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....*

22

#### Capítulo III

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E O INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA/SP

*Adriano Augusto de Souza.....*

37

#### Capítulo IV

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

*Julio Candido de Meirelles Junior.....*

55

#### Capítulo V

PROPOSIÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA, COM O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

*André Santos de Oliveira, José Eduardo Klems Ribeiro e Marco Antonio Harms Dias.....*

72

### **Eixo 2 Educação Pública**

#### Capítulo VI

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ENTIDADES FEDERAIS DO BRASIL: A EXEMPLO- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

*Regina Maria da Silva, Eliane Moreira Sá de Souza e Willer Luciano de Carvalho.....*

89

## **Eixo 2 Inovação Pública**

### Capítulo VII

APLICAÇÃO DA TEORIA UTAUT NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

*Thiago Pacife de Lima, Sâmia Laise Manthey Benevides, Carolina Yukari Veludo Watanabe, Rosália Maria Passos da Silva e Tomás Daniel Menendez Rodriguez.....105*

### Capítulo VIII

INOVAÇÃO COMO FATOR DETERMINANTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

*Maria Cristina Ferreira Silva Pires, Luciane Santos Prado, Dayana Alves Ferreira e Luciana Peixoto Santa Rita.....122*

### Capítulo IX

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS PREMIADAS NO CONCURSO INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA FEDERAL NOS ANOS 2011- 2014

*Janaina Mendes de Oliveira e Rachel Kerber Gonçalves.....139*

### Capítulo X

INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL COM FOCO NA TEORIA U: ESTUDO DE CASO EM UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL

*Natália Talita Araújo Nascimento, Flávio de São Pedro Filho, Paulo Adriano da Silva e Ítalo de Paula Casemiro.....154*

### Capítulo XI

PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE ACERCA DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – NIT.

*Patric Douglas Griseli, Luciano Castro de Carvalho e Aline Louise de Oliveira.....171*

## **Eixo 4 Sustentabilidade Pública**

### Capítulo XII

A POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS TECNOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA.

*Gislane Martins Silva de Abreu, Mariluce Paes de Souza e Osmar Siena.....187*

### Capítulo XIII

#### ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO DA REDE SENAC SANTA CATARINA

*Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi, Simone Sehnem e David Rodrigo Petry.....205*

### Capítulo XIV

#### CULTURA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

*Cleide Vasconcelos Dantas, Dayana Alves Ferreira e Cláudio Zancan.....234*

### Capítulo XV

#### DIAGNOSTICO SOBRE O PROGRAMA BOLSA VERDE NO NORDESTE DO BRASIL

*Emanuel Varela Cardoso, Bruno de Araujo Azevedo e Gilberto Rodrigues Carneiro.....252*

### Capítulo XVI

#### INDICADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: A PERCEPÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAICÓ-RN

*Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Márcia Celiary Rodrigues Medeiros.....267*

### Capítulo XVII

#### PROPOSTA DE INDICADORES PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS): PESQUISA-AÇÃO NO CINDACTA II

*Luís Gustavo Carvalho e Eloy Fassi Casagrande Junior.....283*

### Capítulo XVIII

#### SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NOS PREGÕES ELETRÔNICOS: ANÁLISE EM ÓRGÃO DO EXECUTIVO FEDERAL

*Robson Gonçalves Chaparro, Marcelo Ribeiro Silva, Denise Aguenta Uechi, Rogério Elói Gomes Bezerra e Thiago Barreto Santos.....300*

### Capítulo XIX

#### USINAS SUCROENERGETICAS E OS IDHMs DAS CIDADES: UMA VISÃO PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

*Daiane Pereira de Souza, Gabrielli do Carmo Martinelli, Anaysa Borges Soares e Cláudia Maria Sonaglio.....320*

## **Eixo 5 Gestão de Pessoas**

### Capítulo XX

AValiação DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL E ESTÁGIO  
PROBATÓRIO: UMA ANÁLISE NA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA RECEITA FEDERAL DO  
BRASIL

*Joyce Frade Machado e Geraldino Carneiro de Araújo.....336*

### Capítulo XXI

COMO ATENDER A ALTA DEMANDA DE TREINAMENTOS EM ORGANIZAÇÃO DE  
GRANDE PORTE COM OTIMIZAÇÃO DE RECURSO

*Kátia Cristina Cabral Monteiro Galvão, Heliane Prata Sarmiento, Roquemar de Lima  
Baldam e Thalmo de Paiva Junior.....351*

### Capítulo XXII

criação E IMPLANTAÇÃO DE CARREIRAS NO SERVIÇO PÚBLICO: DESAFIOS E  
SUCESSOS

*Paola Pinheiro Bernardi Primo, Marcelo Rosa Pereira e Francisco Caniçali  
Primo.....365*

### Capítulo XXIII

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO POLÍTICA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DA  
MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Cesar Augusto Ilódio Alves, Elvira Aparecida Simões de Araújo e Adriana Leônidas  
de Oliveira.....378*

### Capítulo XXIV

MUDANÇA ORGANIZACIONAL E MELHORIA NO PROCESO DE AQUISIÇÃO DE BENS E  
SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

*Thayse dos Santos Fonsêca Pinheiro, Rodrigo de Lima Pinheiro, Luciana Peixoto  
Santa Rita e Camila Karla Santos da Silva Valentino.....394*

**Sobre o organizador.....406**

**Sobre os autores.....407**



## **CAPÍTULO XI**

### **PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE ACERCA DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – NIT**

---

**Patric Douglas Griseli  
Luciano Castro de Carvalho  
Aline Louise de Oliveira**

# PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE ACERCA DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – NIT

**Patric Douglas Griseli**

(FURB, Blumenau/SC)

**Luciano Castro de Carvalho**

(FURB, Blumenau/SC)

**Aline Louise de Oliveira**

(IFC, Blumenau/SC)

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo verificar a percepção dos servidores – técnicos administrativos e professores - do Instituto Federal Catarinense sobre o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT. A pesquisa se caracteriza como abordagem quantitativa, descritiva e survey, com uma amostra de 236 respondentes. Para a análise dos dados utilizou-se a análise descritiva, regressão linear múltipla e teste T de amostras independentes. Os resultados indicaram que há diferenças de percepção em algumas variáveis entre os servidores técnicos administrativos e professores, bem como houve diferenças quando analisado os servidores com pós-graduação strictu-sensu e os que não há possuíam. Foi verificado também, que mais de 90% dos servidores com pós-graduação strictu-sensu teriam interesse em realizar pesquisa em conjunto com outras organizações. Sugere-se replicar a pesquisa em outros Órgãos detalhando e aprofundando as perguntas para confirmar as diferenças de percepção encontradas e possíveis causas dessas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Núcleo de Inovação Tecnológica, Inovação, Propriedade Intelectual.

## 1 INTRODUÇÃO

Há muitos anos os brasileiros anseiam o seu país tornar-se um país desenvolvido. Sob este prisma, Cassiolato e Lastres (2005) indicam a inovação como uma variável estratégica para a competitividade de organizações e países.

Com o objetivo de fomentar a pesquisa, bem como o desenvolvimento econômico, sócio e cultural, o governo federal por meio da lei 10.973/04, alterada pela lei 13.243/16, criou a chamada lei da inovação (BRASIL, 2004). Com a criação desta lei, Sousa (2011) afirma que houve uma expansão súbita na quantidade de Núcleos de Inovação Tecnológica - NITs. Estes têm como objetivos, entre outros, ampliar a interação entre os pesquisadores, o setor produtivo, o governo e as fundações.

Neste contexto, as relações entre o governo, infra-estrutura científica e tecnológica e empresas, sendo estas parcerias com intuito de gerarem inovações, são necessárias para o desenvolvimento regional e nacional (SÁBATO; BOTANA, 1993). Entretanto, não basta criação de inovações. É necessária a proteção pública para os resultados da pesquisa, por meio da proteção da propriedade intelectual

(SHERWOOD, 1992). Com isso, a Instituição Científica, Tecnológica e de inovação (ICT) deve dar importância à conscientização de seus colaboradores da proteção de seu capital intelectual produzido para que outros não captem as vantagens competitivas geradas pela inovação (PULHMANN, 2009).

Para isso, é necessário, saber e compreender a percepção dos atores que fazem parte do funcionamento do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT. Nesta linha, o presente estudo tem como objetivo verificar a percepção dos servidores (professores e técnicos administrativos) do Instituto Federal Catarinense – IFC em relação ao NIT.

O presente artigo encontra-se estruturado em seis seções, sendo a primeira a introdução, com a apresentação sucinta dos temas tratados, bem como o objetivo da pesquisa. Na segunda encontra-se a revisão da literatura condizente com os temas centrais do artigo. Na terceira sessão, têm-se os métodos de pesquisa, precedida pela quarta parte em que os dados são analisados. Por fim, na quinta, têm-se as considerações finais de acordo com os resultados obtidos e, por último, as referências bibliográficas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Inovação e difusão de tecnologia**

O Brasil encontra-se há anos sendo uma promessa do país do futuro. Passam-se os anos e a afirmação continua sendo uma promessa. Cassiolato e Lastres (2005) indicam a inovação como uma variável estratégica para a competitividade de organizações e países.

A partir da década de 80 o foco da competitividade mudou de fatores preço/custo para o papel desempenhado pela evolução tecnológica. Esta mudança de foco está inspirada na contribuição clássica de Schumpeter sobre o papel da inovação e difusão da tecnologia no processo de crescimento e mudança estrutural (CASTELLACCI, 2007).

De acordo com Edquist (2001), grande parte das empresas não criam inovações isoladas, sendo que demais instituições são necessárias no processo inovativo. Cassiolato e Lastres (2005) abordam um grupo de entidades diferentes que colaboram para o aumento das inovações de certo país, região, setor ou localidade e estes últimos afetam o sistema, chamado de Sistemas de Inovação (SI).

O papel do estado na abordagem dos SIs é de suma importância, pois este impacta nos processos de inovação. O estado interfere no sistema de inovação incluindo políticas de pesquisa e desenvolvimento (P & D), de tecnologia, de infraestrutura, regionais e educacionais. As políticas públicas influenciam estimulando o lado da oferta de inovações (desenvolvimento de instituições, infraestrutura, etc) quanto o lado da demanda por novas inovações. (EDQUIST, 2001).

Furman, Porter e Stern (2002) introduzem o conceito de capacidade de inovação nacional para integrar perspectivas antecedentes, quais sejam ideias orientadas para a teoria do crescimento, microeconomia baseada em modelos de vantagem competitiva e sistemas nacionais de inovação.

Capacidade de inovação nacional é o potencial de um país para produzir um fluxo de inovações comercialmente relevantes. Esta depende de três fatores de construção: presença de uma forte infraestrutura de inovação, dos ambientes de inovação presentes em clusters industriais de um país e depende da qualidade das ligações (depende da força das ligações entre a infraestrutura comum de inovação e dos clusters) (FURMAN; PORTER; STERN, 2002).

De acordo Porter (1999), o setor público encorajar a mudança, promover a rivalidade doméstica e estimular a inovação, tem um papel significativo na conquista da vantagem competitiva nacional.

Considerando o papel estratégico da inovação na vantagem competitiva, deve-se compreender a diferença entre os termos invenção e inovação. Segundo Schumpeter (1961) invenção é uma nova ideia, produto ou processo que pode ou não ter impacto econômico. Já inovações são novos produtos, processos, fontes de matérias primas, exploração de novos mercados ou formas de organizar a empresa, tendo estas, obrigatoriamente, impacto econômico e/ou transações comerciais gerando riqueza para quem as produz. Este autor divide em inovações radicais e incrementais. A primeira refere-se a rupturas intensas que podem criar novos mercados. Já a inovação incremental refere-se a melhoramentos a produtos, serviços ou processos existentes. Christensen e Overdorf (2000) abordam inovações de sustentação como inovações que tornam um produto ou serviço já existente com desempenho superior a seu antecessor. Quase sempre são desenvolvidas e introduzidas por líderes da indústria estabelecidos para ter vantagem sobre a concorrência

No entanto, Zhuang, Williamson e Carter (1999) defendem que Inovação pode se apresentar de três formas: invenção, melhoria, difusão ou adoção de uma inovação desenvolvida em outro local e ainda desconhecida. Desta forma, a inovação pode ser de produto físico, serviço, processo – de produção de produto ou serviço prestado - e procedimentos. (ZHUANG, 1995) O Manual de Oslo (2005) corrobora com esse conceito ao destacar inovação como:

A implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho, ou nas relações externas (MANUAL DE OSLO, 2005).

A lei de Inovação do Brasil foi desenvolvida com base nesse último conceito e, portanto, compreende a inovação como:

...introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que

compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho (BRASIL, 2016).

Com isso, não há necessidade de impacto econômico para ser considerada inovação, proposto por Schumpeter (1961).

## 2.2 Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT

Com a publicação da lei 10.973/04 alterada pela lei 13.243/16, incentivou-se a estruturação dos NITs. Esta lei descreve o NIT como “estrutura instituídas por uma ou mais Instituição Científica, Tecnológica e de inovação, com ou sem personalidade jurídica, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação...” (BRASIL, 2004).

Após a publicação desta lei todas as ICTs necessitaram se estruturar e adequar seus NITs de acordo com o decreto 5.563/05 (BRASIL, 2005). O Instituto Federal Catarinense – IFC instituiu seu NIT por meio da resolução 009/2011 (BRASIL, 2011). Segundo esta resolução compete ao NIT do IFC:

- I - desenvolver e zelar pela política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei no 10.973, de 2004 e suas alterações;
- III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção;
- IV - emitir parecer quanto à conveniência e promover o pedido de registro ou o pedido de patente no órgão competente e acompanhar o processo de proteção, nacional e/ou internacional, das criações desenvolvidas na Instituição, e o seu licenciamento;
- V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na Instituição, passíveis de proteção intelectual;
- VI - acompanhar e zelar pela manutenção e defesa dos títulos de Propriedade Intelectual da Instituição;
- VII - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
- VIII - avaliar acordos, contratos ou convênios a serem firmados entre o IFC e instituições públicas ou privadas, que tenham relação direta com o processo de inovação tecnológica;
- IX - promover as ações de transferência de tecnologia e licenciamento mediante celebração de instrumentos contratuais, com a aprovação do reitor. (BRASIL, 2011).

Velho e Souza-Paula (2008) afirmam que a fase atual da política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) busca atender ao fortalecimento e ampliação de uma base de conhecimento ampla compreendendo recursos humanos, infraestrutura de

pesquisa e geração de conhecimento científico; fortalecimento da interação entre os diversos atores do sistema nacional de inovação (setor público de pesquisa e o setor produtivo); e descentralização das atividades de produção e uso do conhecimento promovendo os sistemas locais de inovação, os arranjos produtivos locais e incorporando o conhecimento e experiência local para o atendimento e aproveitamento de oportunidades regionais e locais.

Somando-se a isso, Sousa (2011) afirma que, com a publicação da lei de inovação, houve um surgimento súbito na quantidade de NITs. Estes Núcleos de Inovação Tecnológica tem como intuito a interação entre os pesquisadores, o setor produtivo, o governo e as fundações. Isto vai ao encontro de Lundvall (2002) que aborda que os resultados inovadores refletem uma combinação de bens públicos e privados. Acrescenta que a capacidade de aprendizagem das organizações que participam nos processos de inovação é elemento fundamental em sistemas de inovação. Para isso, os sistemas de inovação dependem de infraestrutura, instituições econômicas, políticas e sociais, direitos de propriedade intelectual, envolvimento em rede das organizações e elevados níveis de confiança entre elas.

### **2.3 Interação entre NITs e empresas**

Sábato e Botana (1993) afirmam que, para a América Latina tenha um desenvolvimento tecnológico, esta deve estabelecer um sistema global das relações entre governo, ciência e tecnologia e estrutura de produção. Este sistema é conhecido como Triângulo de Sábato. Somado a isso, Etzkowitz & Leydesdorff (1995) propõem o modelo de Hélice Tripla que tem o intuito de estimular o ambiente inovador e o desenvolvimento econômico baseado na interação entre as universidades, empresas e governo.

De acordo com Souza (2011), o NIT é agente fundamental no processo de interação entre o governo/ICT/empresa para alavancar as inovações. Aliado a isso, Sábato e Botana (1993) afirmam que um sistema de relações entre o governo, infra-estrutura científica e tecnológica e empresas geram inovações e o desenvolvimento regional e nacional. Segundo Sbragia et al. (2006) é necessária a atuação conjunta das empresas, universidades e governo para o Brasil se desenvolver tecnologicamente.

Nesta linha, Friedman e Silberman (2003) verificam que a transferência de tecnologia da universidade para as empresas são apoiadas por quatro fatores:

...maior recompensa para o envolvimento do corpo docente na transferência de tecnologia, a localização da universidade em região com concentração de empresas de alta tecnologia, missão da universidade clara em favor da transferência de tecnologia e da experiência de escritório de transferência de tecnologia da universidade (FRIEDMAN; SILBERMAN, 2003).

Como impactos negativos da relação entre universidade e empresas,

Friedman e Silberman (2003) citam a possibilidade desta relação afetar as questões de pesquisa a serem abordadas, bem como reduzir a qualidade e quantidade da pesquisa fundamental. Ainda, Andreassi (2007) cita a possibilidade de um embate de interesses em relação ao resultado das pesquisas, tendo as universidades aspirando publicações e as empresas almejando o sigilo destes para garantir este diferencial no mercado competitivo.

## **2.4 Propriedade Intelectual**

Atualmente, o desenvolvimento de um país está intimamente ligado com o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. No Brasil, grande parte da pesquisa desenvolvida concentra-se nas ICTs, mas percebe-se fragilidade em relação à ligação entre a pesquisa realizada e o setor produtivo. Esta fragilidade pode ser superada pela proteção a propriedade intelectual dos resultados da pesquisa (ALMEIDA; SANTOS, 2011). Sherwood (1992) afirma que países com economias avançadas dispõem de sistemas de proteção da propriedade intelectual.

A partir da lei de inovação (lei n.10.973/2004), iniciou-se uma atividade de valorização da propriedade intelectual no meio acadêmico promovendo uma mudança na cultura organizacional. Com isso, despertou nas instituições responsáveis, uma preocupação em estimular, orientar e apoiar os pesquisadores no momento de solicitar a proteção jurídica de seus novos produtos e processos (ALMEIDA; SANTOS, 2011).

Segundo Sherwood (1992) o termo propriedade intelectual abrange a invenção e a expressão criativa (ideias, invenções) com o de proteção pública para os resultados da pesquisa. Jungmann e Bonetti (2010) dividem, conforme figura abaixo, o conceito de propriedade intelectual.

Figura 1 – Modalidades de direitos de propriedade intelectual



Fonte: JUNGSMANN; BONETTI, 2010

Fugino e Stal (2011) descrevem os objetivos de uma universidade na política de patentes e na transferência de tecnologia. O primeiro objetivo é alcançar um equilíbrio entre as necessidades dos inventores, daqueles que irão desenvolver a inovação, da instituição, dos patrocinadores da pesquisa e do público em geral. Já o segundo objetivo tem como cerne os resultados da pesquisa científica e os aspectos de licenciamento e comercialização.

Pulhmann (2009) aborda que as pesquisas realizadas nas ICTs podem resultar trabalhos literários, criações industriais, entre outros. Com isso, a ICT deve dar importância à conscientização de seus colaboradores da proteção de seu capital intelectual. Sem esta proteção, a Instituição pode ver o conhecimento, ideias, tecnologias e técnicas desenvolvidas serem exploradas de forma indevida por terceiros, bem como, a empresa não poderá captar todos os benefícios gerados pela inovação realizada, pois esta virou bem público. Com isso, diminui as vantagens e incentivos da empresa desenvolver a inovação, tendo em vista que esta pode ser realizada por qualquer concorrente.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de corte transversal, de abordagem quantitativa, e realizada por levantamento/questionário por email. Para Cervo e Bervian (1996), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los para compreender sua natureza e características, frequência que este ocorre e a possível relação com outros fenômenos.

Em relação a abordagem quantitativa, Richardosn (1999) afirma que esta



"...caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc."

Já questionário, segundo Hair et al (2005), é um conjunto pré-determinado de perguntas desenvolvidas para coletar dados dos respondentes e para ser possível a medição de características importantes do fenômeno pesquisado. Malhotra (2012) explica que questionário é um conjunto formal de perguntas com o objetivo de obter informações dos entrevistados. O questionário utilizado nesta pesquisa foi adaptado de Martins (2010), sendo que o questionário aplicado aborda a caracterização dos respondentes e a percepção dos servidores acerca dos conceitos de inovação e das atividades do NIT. Para as respostas referente à percepção dos servidores foi adotada a Escala likert, com pontos variando de 1 "Discordo Totalmente" a 5 "Concordo Totalmente".

Quadro 01 - Perguntas da pesquisa

Variável	Pergunta
Cargo	Qual o seu cargo no IFC
Escolar.	Qual o seu grau de Instrução
Trabalho	Há quanto tempo trabalha no IFC ou outro Instituto/Universidade
Área	Qual a sua área de trabalho
NIT01	Eu tenho conhecimento aprofundado sobre a lei de inovação
NIT02	Eu entendo inovação como sendo novos produtos, processos, exploração de novos mercados gerando riqueza para quem as produz.
NIT03	Eu entendo inovação como sendo a introdução de novos e/ou melhorias de produtos, processos, serviços, assim como o aperfeiçoamento no ambiente social, não necessitando gerar riquezas para quem as produz.
NIT04	Eu entendo que a inovação no âmbito do IFC deve ser associada apenas a área tecnológica.
NIT05	Eu entendo que a inovação no âmbito do IFC deve ser associada a todas as áreas do conhecimento.
NIT06	Eu entendo que o IFC, por meio do NIT, deve garantir a proteção de propriedade intelectual das criações produzidas.
NIT07	Eu entendo que o IFC deve colocar as criações geradas em domínio público.
NIT08	Eu teria interesse em realizar pesquisa em conjunto com empresas, outros órgãos públicos e/ou outras organizações externas ao IFC.
NIT09	O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFC é responsável por estimular e proteger o desenvolvimento de inovações.
NIT10	O NIT do IFC avalia e classifica os resultados dos projetos de pesquisa de acordo com a legislação vigente.
NIT11	O NIT do IFC avalia solicitação de inventor independente (não pertencente ao quadro do IFC) acerca de criações.
NIT12	O NIT do IFC promove e acompanha o processo de proteção das criações desenvolvidas na Instituição.
NIT13	O NIT do IFC opina quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na Instituição.

NIT14	O NIT do IFC acompanha e zela pela manutenção e defesa dos títulos de Propriedade Intelectual da Instituição.
NIT15	O NIT do IFC acompanha o processo dos pedidos dos títulos de Propriedade Intelectual da Instituição.
NIT16	O NIT do IFC avalia acordos, contratos ou convênios entre o IFC e instituições públicas ou privadas com o intuito de promover o processo de inovação.
NIT17	O NIT do IFC promove ações de transferência de tecnologia e licenciamento com outras instituições públicas ou privadas.

Fonte: Dados da pesquisa

A pesquisa foi aplicada junto aos servidores, técnicos administrativos e professores, do Instituto Federal Catarinense – IFC. Em pesquisa realizada na base de dados da Emerald, IBICT e SPELL não foi encontrado nenhum estudo abordando a perspectiva da percepção dos técnicos administrativos em relação ao NIT. Ocorre que, os técnicos administrativos são parte fundamental, tanto no trabalho de gestão do NIT no IFC, quanto da possibilidade destes em realizar pesquisas científicas.

A coleta de dados foi realizada no período de 16 a 24 de maio de 2016. O questionário foi encaminhado via e-mail para todos os servidores do IFC, sendo a totalidade formada por 784 técnicos administrativos e 883 docentes. A amostra total coletada foi de 236 respondentes, conforme caracterização abaixo:

Quadro 02 – Caracterização da amostra em percentuais.

Cargo			
Técnico Administrativo: 62,71%		docente: 37,29%	
Escolaridade			
Ensino médio/ técnico	Graduação	pós- graduação lato sensu	Pós- graduação strictu sensu
3,39%	14,83%	36,44%	45,34%

Fonte: Dados da pesquisa.

Após a coleta de dados, os questionários foram exportados para a planilha eletrônica em *software* Excel® e, posteriormente tratados pelo *software* SPSS® versão 21. A análise dos dados está descrita no próximo tópico deste artigo.

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram analisados de cinco formas diferentes. A primeira análise foi verificada qual das variáveis do questionário impactava a variável NIT08. Os respondentes foram divididos em dois grupos, sendo estes caracterizados como grupo 1 os que possuíam escolaridade curso técnico/médio, graduação e pós-graduação lato sensu e no grupo 2 os que possuíam escolaridade pós-graduação strictu sensu – mestrado e doutorado.

Para esta análise foi realizada a Regressão Linear Múltipla. Como resultado observou-se, no grupo 1, que as variáveis NIT09 e NIT03 impactaram a variável NIT08 respectivamente 16,7% e 2,7%. Já no grupo 2 percebeu-se que a variável NIT01 foi a mais importante para explicar a variável NIT 08.

Analisando ainda a variável NIT08 percebe-se que o grupo 2 teria interesse maior em realizar pesquisa em conjunto com empresas, outros órgãos públicos e/ou outras organizações externas ao IFC do que o grupo 1. Constatou-se também que, no grupo 2, mais de 90% dos respondentes teriam interesse em realizar pesquisa em conjuntos com outras organizações. Isto leva a uma oportunidade do NIT estimular e impulsionar a interação entre o governo/ICT/empresa para alavancar as inovações, como proposto por Souza (2011), bem como impulsionar o desenvolvimento regional e nacional (Sábato e Botana, 1993). Colaborando com estas análises, este papel a ser realizado pelo NIT vai ao encontro do papel dos Institutos Federais que é ampliar o conhecimento e levar as informações e sabedorias a regiões que historicamente não teriam acesso a geração de inovações e conhecimento.

A segunda análise efetuada verificou-se se há diferenças significativas referente à percepção do grupo 1 e grupo 2 das variáveis pesquisadas. Para isso foi realizado o teste T de amostras independentes. Como resultado, as variáveis NIT01, NIT08 e NIT15 apresentaram-se significativamente diferentes, ou seja, a percepção dos grupos 1 e 2 são significativamente diferentes. Analisando as variáveis que apresentaram significativa diferença isoladamente percebe-se que as diferenças, levando-se em conta o conhecimento do autor acerca do órgão de estudo e por não terem outros estudos analisando sob este prisma, podem ser causadas pelos seguintes motivos:

NIT01 (Eu tenho conhecimento aprofundado sobre lei de Inovação): a diferença significativa pode ter sido causada pela maior experiência em pesquisa e inovação do grupo 2 (pós-graduação strictu sensu) que responderam ter conhecimento aprofundado sobre lei de Inovação maior do que o grupo 1 (curso técnico/médio, graduação e pós-graduação latu sensu). Outra suposição, pode ser, pelo fato do grupo 1 não ter tempo disponibilizado para fazer pesquisa científica como ocorre com o grupo 2. Isso pode ter gerado desinteresse do grupo 1 em investigar profundamente a lei de inovação.

NIT08 (Eu teria interesse em realizar pesquisa em conjunto com empresas, outros órgãos públicos e/ou outras organizações externas ao IFC): a diferença significativa entre os dois grupos vem a colaborar com as possíveis explicações de que o grupo 1 não dispõe de tempo concedido pelo Órgão, bem como tem pouco contato para realizar trabalhos de pesquisa científica. Essa falta de tempo, incentivo e contato para realizar pesquisas, resulta em um desinteresse verificado no grupo 1 em realizar pesquisa. Nesta variável observou-se a diferença mais significativa entre os dois grupos entre todas as variáveis.

NIT15 (O NIT do IFC acompanha o processo dos pedidos dos títulos de Propriedade Intelectual da Instituição): a diferença da percepção entre os dois grupos pesquisados refere-se, possivelmente, a não utilização do NIT por parte do

grupo 1 que não encaminha processos de pedidos de títulos de Propriedade Intelectual diferentemente do grupo 2 que teve como média superior nas respostas em relação ao grupo 1.

Para verificar qual variável pesquisada realmente diferenciava os dois grupos, referente à escolaridade, foi realizado a análise discriminante. Como resultado, a percepção sob a variável NIT08 foi a que mais se diferenciou entre os dois grupos.

Ainda, analisando os dois grupos, foi realizado o teste T de amostras em pares para verificar se houve diferença significativa em relação à percepção entre as variáveis NIT02/NIT03, NIT04/NIT05 e NIT06/NIT07.

Tanto o grupo 1, quanto o grupo 2 apresentaram diferenças significativas em relação a percepção entre as variáveis NIT02/NIT03, NIT04/NIT05. Não houve diferença significativa em relação à percepção entre as variáveis NIT06/NIT07. Percebe-se que os respondentes, indiferente da escolaridade, verificaram diferenças entre o conceito de inovação proposto por Schumpeter (1961) da lei de Inovação do Brasil (BRASIL, 2016), sendo o segundo conceito tendo maior concordância entre os respondentes. A diferença significativa em relação à percepção entre as variáveis NIT04/NIT05 dos dois grupos vai ao encontro do estudo de Martins (2010) que fez pesquisa entre os docentes da UFSCar. Já a não percepção de diferença significativa entre as variáveis NIT06/NIT07 pode ser oriunda da não compreensão e/ou indefinição do papel do Instituto no processo inovativo e repasse destas inovações protegidas por patentes para que as empresas nacionais possam desenvolver e usufruir as vantagens da inovação produzida (PULHMANN, 2009).

Como terceira análise foi verificada se há diferença na análise das variáveis entre os cargos de técnicos administrativos e docentes. Para isso, foi realizado novamente o teste T de amostras independentes. Como resultado, percebe-se diferenças significativas entre a percepção dos técnicos administrativos e docentes nas variáveis NIT01, NIT02, NIT08, NIT11 e NIT13.

Quando analisado se houve diferença significativa em relação à percepção entre as variáveis NIT02/NIT03, NIT04/NIT05 e NIT06/NIT07 percebe-se que a única relação de variáveis que não houve significativa diferença de percepção foi a NIT06/NIT07, sendo esta no cargo de docente. Observou-se também que a maior concordância entre os respondentes (técnicos e docentes) da variável NIT06 em relação a NIT07, ou seja, os respondentes concordam, mesmo no caso dos docentes não sendo significativo, de que o IFC deve garantir a proteção de propriedade intelectual das criações produzidas, indo ao encontro do proposto por Pulhmann (2009).

Na quarta análise foi verificada se há diferença das variáveis considerando o tempo em que o servidor trabalha no IFC e/ou em outro Instituto Federal. Foi dividido em dois grupos, sendo o grupo 1 formado pelos servidores com menos de 5 anos de trabalho e o grupo 2 formado por servidores com mais de 5 anos de trabalho. Verificou-se que há diferença significativa de percepção apenas na variável NIT01, sendo que os servidores com menos tempo de trabalho no órgão

apresentaram médias menores do que os servidores com mais tempo.

Após fora analisado se houve diferença significativa em relação à percepção entre as variáveis NIT02/NIT03, NIT04/NIT05 e NIT06/NIT07. Não houve alteração em relação à percepção entre as variáveis NIT02/NIT03, NIT04/NIT05 dos já encontrados quando analisados a escolaridade e o cargo dos respondentes. Já em relação as variáveis NIT06/NIT07 ambos os grupos não perceberam diferença significativa entre as variáveis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste artigo consistiu em verificar a percepção dos servidores, técnicos administrativos e professores, do Instituto Federal Catarinense sobre o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT). Foi possível verificar que há diferenças significativas na percepção em variáveis quando comparado docentes com técnicos administrativos, bem como quando comparado servidores com pós-graduação *strictu sensu* com os que não completaram este grau de instrução. Já na comparação entre servidores com menos de 5 anos de trabalho no órgão e os com mais de 5 anos, verificou-se apenas diferença significativa em uma variável acerca da percepção.

Quando analisado as variáveis em pares para verificar se houve diferença significativa entre elas, constatou-se que, no geral, não houve diferenças entre as variáveis NIT06/NIT07. Isso sugere que, entre os pesquisados, não há definição entre eles e/ou política Institucional do papel do IFC em relação a garantir a proteção de propriedade intelectual das criações produzidas ou liberá-las em domínio público.

Como não se encontrou outros estudos abordando a percepção dos técnicos administrativos em educação e/ou verificando possíveis diferenças de percepção quando comparado o tempo de trabalho no órgão ou escolaridade dos respondentes, não é possível determinar a explicação destas diferenças. Serão necessários outros estudos detalhando melhor esta questão para descobrir as possíveis causas dessas diferenças.

Foi constatado também, que mais de 90% dos servidores pesquisados que tem pós-graduação *strictu-sensu* teriam interesse em realizar pesquisa com empresas, outros órgãos públicos e/ou outras organizações externas ao IFC. Isso abre uma oportunidade significativa para o Órgão pesquisado aproveitar, e assim, tornar-se referência em inovação em sua área de atuação.

Com isso, baseado nos resultados da pesquisa, a Instituição pesquisada pode direcionar os esforços e as tomadas de decisão para melhorar e/ou solucionar possíveis pontos fracos encontrados com base na percepção dos servidores acerca do NIT.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. D. G. C. de; SANTOS, M. E. dos. Registro de propriedade intelectual. A patente como ferramenta de integração de instituições científicas e setor produtivo. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Viçosa, v.40, p.181-188, jun. 2011.

ANDREASSI, T. **Gestão da Inovação Tecnológica**. Coleção debates em Administração. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/Decreto/D5563.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5563.htm)>. Acesso em: 25 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 09/2011 de 28 de julho de 2011. Instituir o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFC. Disponível em: <<http://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%830-009-2011-Aprova-regulamentacao-NIT.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2016.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política. **São Paulo em perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 34-45, 2005.

CASTELLACCI, F. Innovation and the competitiveness of industries: Comparing the mainstream and the evolutionary approaches. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 75, n. 7, p. 984-1006, 2008.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHRISTENSEN, C. M.; OVERDORF, M. Meeting the challenge of disruptive change. **Harvard business review**, v. 78, n. 2, p. 66-77, 2000.

FRIEDMAN, J.; SILBERMAN, J. University technology transfer: do incentives, management, and location matter?. **The Journal of Technology Transfer**, v. 28, n. 1, p. 17-30, 2003.

FUJINO, A.; STAL, E. Gestão da propriedade intelectual na universidade pública brasileira: diretrizes para licenciamento e comercialização. **Revista de Negócios**, v. 12, n. 1, p. 104-120, 2007.

FURMAN, J. L.; PORTER, J. E.; STERN, S. The determinants of national innovative capacity. **Research policy**, v. 31, n. 6, p. 899-933, 2002.

EDQUIST, C. The Systems of Innovation Approach and Innovation Policy: An account of the state of the art. In: **DRUID Conference, Aalborg**. 2001.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The Triple Helix-University-Industry-Government relations: a laboratory for knowledge-based economic development. **EASST Review**, v. 14, p. 14-19, 1995.

JUNGMANN, D. de M.; BONETTI, E. A. **Inovação e propriedade intelectual: guia para o docente**. Brasília: SENAI, 2010.

HAIR JR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LUNDVALL, B. A. et al. National systems of production, innovation and competence building. **Research policy**, v. 31, n. 2, p. 213-231, 2002.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MARTINS, P. V. **Percepção de docentes da UFSCar sobre sua agência de inovação**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – UFSCar, São Carlos, 2010.

OCDE- Organisation for Economic Co-Operation and Development e FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. **Manual de Oslo: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3. ed. Brasília, 2005.

PORTER, M. E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. GulfProfessional Publishing, 1999.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SÁBATO, J.; BOTANA, N. **La ciencia y la tecnología en el desarrollo futuro de América Latina**. Arbor, v. 146, n. 575, p. 21, 1993.

SBRAGIA, R. **Inovação: como vencer esse desafio empresarial**. São Paulo: Editora Clio, 2006.

SCHUMPETER, J.A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova

Cultural, 1988.

SHERWOOD, R. M. **Propriedade intelectual e desenvolvimento econômico**. Edusp, 1992.

SOUZA, A. C. M. M. de. **Gestão de Núcleos de Inovação Tecnológica**. 2011. XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 2011.

VELHO, L.; SOUZA-PAULA, M. C. **Avaliação de políticas de ciência e tecnologia e inovação**: Diálogo entre experiências internacionais e brasileira. Brasília: CGEE, 2008.

ZHUANG, L. Bridging the gap between technology and business strategy: a pilot study on the innovation process. **In: Management Decision**, Vol. 33 No. 8, 1995, p. 13-21.

ZHUANG, L.; WILIAMSON, D; CARTER, M. Innovate or liquidate – are all organizations convinced? A two-phased study into the innovation process. **In: Management Decision**, vol. 37, n. 1, 1999, p. 57–71

**ABSTRACT:** The objective of this article is to verify the perception of the servers - administrative technicians and professors - of the Federal Institute of Santa Catarina on the Nucleus of Technological Innovation - NIT. The research is characterized as a quantitative, descriptive and survey approach, with a sample of 236 respondents. For the data analysis, descriptive analysis, multiple linear regression and T-test of independent samples were used. The results indicated that there are differences of perception in some variables between the technical administrative servers and teachers, as well as there were differences when analyzed the servers with post-graduation strictu-sensu and those that did not have. It was also verified that more than 90% of strictu-sensu graduate servers would be interested in conducting research in conjunction with other organizations. It is suggested to replicate the research in other organs detailing and deepening the questions to confirm the perceived differences of perception and possible causes of these.

**KEYWORDS:** Center for Technological Innovation, Innovation, Intellectual Property.